COTAÇÃO

Empresa do Conglomerado Rendimento

Av. Paulista, 807 - 16º andar
Cep: 01311-100 - São Paulo - SP
Fone: PABX: 3178-8900 - Fax: 3178-8971

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

CNPJ nº 17.354.911/0001-10

Ouvidoria: 08007220132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A.

Histórico

A Cotação DTVM S/A, empresa do Conglomerado Rendimento, está presente no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matriz em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realiza operações de compra e venda de papel moeda, travelers cheques e cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de um milhão de clientes.
Além das operações de câmbio destinadas a gastos com viagens internacionais, são oferecidos os produtos remessa expressa, que consiste no envio ao exterior de valores até US$ 3.000,00 a título de transferências unilaterais, e de pagamentos e recebimentos internacionais de natureza comercial e financeira, para operações de até US$ 100.000,00.
O atendimento da clientela é diferenciado das demais instituições financeiras, do segmento de câmbio, por contar com funcionários especializados e prontos para atender à complexa regulamentação cambial e regras tributárias incidentes.
A Cotação DTVM S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

O índice de Basileia para a data-base de 30 de Junho de 2015, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 15,82% (Junho de 2014 – 14,07%) para o Conglomerado Financeiro. Constatando a regularidade no enquadramento aos atuais 11% definidos pelo órgão regulador e apresentando relativa margem de suficiência.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTVM S/A participa da estrutura de Governança Corporativa, Controles Internos e Riscos, do Grupo Rendimento, abrangendo as Áreas de Compliance, Risco Operacional, Mercado, Liquidez, Segurança da Informação e Auditoria Interna, bem como procedimentos de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.
As atividades de controles internos são de responsabilidade das unidades de Governança Corporativa e Auditoria interna e estão subordinadas ao Diretor Superintendente, as quais são segregadas das áreas comprometidas com resultados e daquelas responsáveis pelas atividades de suporte, obtendo com isso maior eficiência nas ações preventivas e prudenciais.
A gestão de riscos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em operações de câmbio, falhas de processos, bem como subsidiar a gestão de liquidez da organização. Tais atividades e procedimentos encontram-se disciplinados em normativos internos do Conglomerado Rendimento e mantém conformidade com leis e regulamentos emanados pelo CMN e BACEN.
Esses instrumentos de gestão são essenciais para a otimização do uso do capital e para a seleção das melhores oportunidades de negócios, bem como para obtenção da melhor relação Risco x Retorno aos seus acionistas. Periodicamente são realizadas reuniões, através de comitês específicos, responsáveis pela divulgação das políticas gerais, visando maior eficiência da gestão e avaliação consolidada dos riscos.

Risco Operacional

Em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do CMN, a Cotação DTVM S/A utiliza-se de estrutura corporativa do Grupo Rendimento para gestão do risco operacional, com elaboração de Política Institucional e de procedimentos para detecção e avaliação de eventos que possam causar perdas, tais como: fraudes; descontinuidade de negócios; falhas de tecnologia da informação e processos inadequados.
A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas, institucionalizados através do Manual de Controles Internos e com a utilização de ferramentas e procedimentos preventivos, é fundamental para a preservação do patrimônio da instituição e tem por objetivo o monitoramento e mitigação de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, a Cotação DTVM S/A atende as disposições da Resolução 3.849/10, do CMN. A unidade de Ouvidoria tem como função ser canal de comunicação entre a Instituição e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.
A área de Ouvidoria atua de forma independente das áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade da Instituição com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.
Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTVM S/A atende as disposições das Resoluções 3.464/07 e 4.090/12, do CMN, com a manutenção de estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez.
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado tem por objetivo identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado de câmbio, nas posições detidas pela Instituição.
O monitoramento do risco de liquidez consiste em avaliar a impossibilidade da instituição de honrar, eficientemente, suas obrigações correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
Com base nesses controles são observados os fluxos ativos e passivos, através de modelo interno estabelecido em política, que visa identificar o grau de alavancagem de câmbio e de outras posições operacionais para se estabelecer a margem ou insuficiência de liquidez.
O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado, previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes aos respectivos riscos, em conformidade com políticas internas definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo"

A Cotação DTVM S/A conta com instrumentos de controle e acompanhamento, nas operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive as ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.
A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades da Instituição, bem como possibilita definir políticas claras, aderentes às melhores práticas internacionais, e mecanismos eficientes de prevenção à "lavagem" de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.
A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração, quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo sido ou não realizada a operação. As áreas de negócios da Cotação DTVM S/A são responsáveis, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração a proposta de negócio atípica.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados dos sistemas, documentos, arquivos com informações extraídas de sistemas e backup de dados, bem como aplicação de controles do framework de Segurança da Informação:

- Controle de Acesso;
- Análise de Vulnerabilidade;
- Criptografia;
- Monitoramento / Compliance;
- Proteção de Tráfego de Informações.

Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas.

Plano de Continuidade de Negócio

A Cotação DTVM S/A conta atualmente com estrutura para Plano de Continuidade de Negócios (PCN), devidamente aderente às atividades administrativas e operacionais, composta por equipe e gerência preparadas para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras tanto para a Instituição como para os clientes.

Auditores Independentes

A Cotação DTVM S/A em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S. não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração da Cotação DTVM S/A agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado, pela confiança em nós depositada, e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2015	2014
Circulante		**46.074**	**37.400**
Disponibilidades	5	**16.442**	**16.811**
Disponibilidades		16.442	16.811
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	**9.224**	**8.149**
Aplicações no mercado aberto		**9.224**	8.149
Outros créditos		**19.312**	**12.009**
Carteira de câmbio	7	7.436	4.425
Diversos	8	11.876	7.584
Outros valores e bens		**1.096**	**431**
Despesas antecipadas		1.096	431
Realizável a longo prazo		**40.460**	**35.206**
Outros créditos		**39.869**	**34.271**
Diversos	8	39.869	34.271
Outros valores e bens		**591**	**935**
Despesas antecipadas		591	935
Permanente		**13.467**	**15.025**
Investimentos		**917**	**891**
Participações em controladas - no País	9	892	866
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	10	**12.037**	**13.787**
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		25.501	24.856
(Depreciações acumuladas)		(13.486)	(11.091)
Diferido		**-**	**1**
Gastos de organização e expansão		-	137
(Amortização acumulada)		-	(136)
Intangível		**513**	**346**
Ativos intangíveis - outros		1.042	750
(Amortização acumulada)		(529)	(404)
Total do ativo		**100.001**	**87.631**

PASSIVO	Notas	2015	2014
Circulante		**39.319**	**32.914**
Outras obrigações		**39.319**	**32.914**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.262	1.081
Carteira de câmbio	11a	13.918	10.910
Fiscais e previdenciárias	11b	6.363	7.607
Diversas	11c	17.776	13.316
Exigível a longo prazo		**28.777**	**25.897**
Outras obrigações		**28.777**	**25.897**
Fiscais e previdenciárias	11b	27.137	25.121
Diversas	11c	1.640	776
Patrimônio líquido	14	**31.905**	**28.820**
Capital		**20.000**	**12.501**
de domiciliados no país		20.000	12.501
Reserva de lucros		**7.482**	**10.157**
Lucros acumulados		**4.423**	**6.162**
Total do passivo		**100.001**	**87.631**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
Receitas da intermediação financeira		**58.404**	**62.760**
Resultado de títulos e valores mobiliários		489	280
Resultado de operações de câmbio		57.916	62.480
Resultado bruto da intermediação financeira		**58.404**	**62.760**
Outras receitas/despesas operacionais		**(49.507)**	**(51.842)**
Receitas de prestação de serviços	15	7.452	6.126
Resultado de participação em controladas		39	93
Despesas de pessoal		(27.432)	(28.020)
Outras despesas administrativas	16	(25.448)	(25.911)
Despesas tributárias		(3.960)	(3.842)
Outras receitas operacionais		308	87
Outras despesas operacionais		(466)	(375)
Resultado operacional		**8.897**	**10.918**
Resultado não operacional		**(125)**	**(164)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**8.772**	**10.754**
Imposto de renda e contribuição social		**(3.122)**	**(3.837)**
Imposto de renda	12a	(2.178)	(3.170)
Contribuição social	12a	(1.357)	(1.949)
Ativo fiscal diferido	12a	413	1.282
Participações estatutárias no lucro		**(152)**	**(134)**
Lucro líquido do semestre		**5.498**	**6.783**
Lucro líquido por ação (em R$)		**3,92**	**5,80**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º Semestre 2015	1º Semestre 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	**6.756**	**6.800**
Lucro líquido do período	5.498	6.783
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**1.258**	**17**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(39)	(93)
Depreciações e amortizações	1.433	1.277
Impostos diferidos	(141)	(1.282)
Constituição de provisões para passivos contingentes	205	115
Outras reversões operacionais	(200)	115
Variação de ativos e passivos	**(1.535)**	**(3.069)**
Redução em outros créditos	(3.501)	(922)
(Aumento) em outros valores e bens	186	348
Aumento /(redução) em outras obrigações	1.780	(2.495)
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	**5.221**	**3.731**
Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimentos		
Alienação de imobilizado de uso	386	25
Redução de diferido e intangível	17	-
Aquisição de Imobilizado de uso	(512)	(2.019)
Aplicações no Intangível	(14)	(209)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	**(123)**	**(2.203)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o Capital Próprio pagos	(800)	(500)
Pagamento de dividendos	(3.500)	(1.700)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(4.300)**	**(2.200)**
Aumento /(redução) em caixa e equivalentes de caixa	**798**	**(672)**
Demonstração da variação de caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do semestre/exercício	24.868	25.632
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	25.666	24.960
Aumento /(redução) em caixa e equivalentes de caixa	**798**	**(672)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Aumento de capital	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Outras	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**12.501**	**-**	**2.379**	**9.357**	**-**	**24.237**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	6.783	8.927
Constituição de reserva de lucros - Legal	-	-	121	-	(121)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.700)	-	(1.700)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2014	**12.501**	**-**	**2.500**	**7.657**	**6.162**	**28.820**
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**12.501**	**-**	**2.500**	**15.706**	**-**	**30.707**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.498	5.498
Aumento de capital	-	7.499	(2.500)	(4.999)	-	-
Constituição de reserva de lucros - Legal	-	-	275	-	(275)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.500)	-	(3.500)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(800)	(800)
Saldos em 30 de junho de 2015	**12.501**	**7.499**	**275**	**7.207**	**4.423**	**31.905**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Conglomerado Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.
3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Operações de câmbio**: As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. **e) Imobilizado**: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% a.a para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. **f) Diferido e intangível:** O ativo diferido é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão-somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**: O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social e crédito tributário**: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **j) Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das informações semestrais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Disponibilidades (Nota 5)	16.442	16.811
Aplicações em operações compromissadas (Nota 6)	9.224	8.149
Total	**25.666**	**24.960**

5. Disponibilidades

	2015	2014
Caixa	3.347	4.232
Depósitos em moeda nacional	4.231	4.671
Disponibilidades em moedas estrangeiras	8.864	7.908
Total	**16.442**	**16.811**

6. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2015	2014
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) - vencimento até 30 dias	9.224	8.149
Total das aplicações no mercado aberto	**9.224**	**8.149**

7. Câmbio

	2015	2014
Câmbio comprador a liquidar		
Interbancário para liquidação pronta	7.436	4.425
Total	**7.436**	**4.425**

8. Outros créditos - diversos

	2015	2014
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	835	892
Adiantamento por conta de imobilizado	118	-
Impostos a compensar	2.572	3.180
Devedores diversos - país (i)	8.214	3.377
Valores a receber sociedade ligada (Nota 13a)	14	16
Outros	123	119
	11.876	**7.584**
Realizável a longo prazo		
Crédito Tributário (Nota 12b)	11.871	10.397
Devedores de depósitos em garantia (ii) (Nota 17b)	27.998	23.874
	39.869	**34.271**
Total	**51.745**	**41.855**

(i) Representado basicamente por: Valores a receber por venda de câmbio R$ 7.174 (2014 - R$ 1.471), Custódia de valores R$ 780 (2014 - R$ 1.458) e Compra de câmbio a homologar R$ 172 (2014 - R$ 383).
(ii) Refere-se basicamente aos depósitos judiciais do PIS/COFINS proveniente da Lei 9.718/98, alargamento da base de cálculo.

9. Investimentos

Action Empreendimentos e Participações Ltda.	2015	2014
Patrimônio líquido	853	866
Lucro líquido no semestre	39	93
Percentual de participação	100%	100%
Valor do investimento baseado na equivalência	**892**	**866**

10. Imobilizado de uso

	% Taxa de depreciação anual	2015	2014
Imóveis de uso			
Edificações	4	22	22
Total de imóveis de uso		**22**	**22**
Outras imobilizações de uso			
Instalações	10	15.997	15.578
Móveis e equipamentos de uso	10	3.093	3.060
Sistema de comunicação	10	945	928
Sistema de processamento de dados	20	4.360	4.257
Sistema de segurança	10	1.003	930
Sistema de transporte	20	103	103
Total de outras imobilizações de uso		**25.501**	**24.856**
(=) Subtotal		25.523	24.878
(-) Depreciações acumuladas		(13.486)	(11.091)
Total imobilizado		**12.037**	**13.787**

11. Outras obrigações
a) Carteira de câmbio
O saldo de R$ 13.918 (R$ 10.910 em 2014) é proveniente das operações de câmbio sobre "travellers cheque" e "visa travel money" a liquidar.
b) Fiscais e previdenciárias

	2015	2014
Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	3.533	5.119
Impostos e contribuições a recolher	2.830	2.488
	6.363	**7.607**
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (Nota 17b)	27.137	25.121
	27.137	**25.121**
Total	**33.500**	**32.728**

c) Diversas

	2015	2014
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	6.220	5.868
Valores a pagar - sociedades ligadas (Nota 13a)	107	302
Credores diversos - País (i)	11.449	7.146
	17.776	**13.316**
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (Nota 17b)	1.640	776
	1.640	**776**
Total	**19.416**	**14.092**

(i) Operações de câmbio pendentes de liquidação em D+1

12. Imposto de renda e contribuição social
a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2015 IRPJ	2015 CSLL	2014 IRPJ	2014 CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**8.772**	**8.772**	**10.754**	**10.754**
Juros sobre capital próprio	800	800	500	500
Participação nos Lucros (empregados)	152	152	134	134
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	**7.820**	**7.820**	**10.120**	**10.120**
Adições:				
Provisão para riscos fiscais	-	-	3.049	3.049
Provisão para contingências trabalhistas	185	185	147	147
Outras provisões indedutíveis	956	956	-	-
Remuneração variável de dirigentes	-	-	70	22
Despesas com brindes	30	30	-	-
Patrocínios e doações indedutíveis	150	150	-	-
Perdas de capital indedutíveis	94	94	-	-
Provisão para ações cíveis	20	20	-	-
Outras	12	29	64	64
Total das adições	**1.448**	**1.464**	**3.330**	**3.282**
Exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	39	39	93	93
Remuneração variável de dirigentes	199	199	-	-
Reversão de provisões indedutíveis	-	-	283	283
Reversão de provisões ações cíveis	-	-	32	32
Total das exclusões	**238**	**238**	**408**	**408**
Base do imposto de renda e contribuição social	**9.029**	**9.029**	**13.042**	**12.994**
Imposto de renda e contribuição social	(2.245)	(1.357)	(3.249)	(1.949)
Dedução de incentivos fiscais	68	-	79	-
Imposto de renda e da contribuição social - Valores correntes	**(2.178)**	**(1.357)**	**(3.170)**	**(1.949)**
Ativo fiscal diferido	277	136	799	483
Total de imposto de renda e contribuição social	**(1.902)**	**(1.220)**	**(2.371)**	**(1.466)**

b) Créditos tributários: Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no semestre:

Descrição	Saldo 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo 30/06/2015
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	10.854	-	-	10.854
Provisão para contingências trabalhistas	550	73	20	603
Provisões a pagar indedutíveis	-	382	-	382
Provisão para contingências cíveis	24	10	2	32
Remuneração variável de dirigentes	30	1	31	-
	11.458	**466**	**53**	**11.871**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. A Companhia não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Crédito Tributário	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Provisão para contingências fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	10.854	10.854
Provisão para contingências trabalhistas	-	-	-	-	603	603
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	-	32	32
Outras provisões	382	-	-	-	-	382
Total	**382**	**-**	**-**	**-**	**11.489**	**11.871**
Valor Presente	**334**	**-**	**-**	**-**	**10.468**	**10.784**

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 10.784, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. Transações com partes relacionadas
a) Saldo das transações

	2015 Ativo	2015 Passivo	2015 Resultado	2014 Ativo	2014 Passivo	2014 Resultado
Banco Rendimento S/A						
Depósitos à vista	3.730	-	-	3.105	-	-
Depósitos em moeda estrangeira	7.595	-	-	5.209	-	-
Obrigações por operações compromissadas	9.224	-	-	8.149	-	-
Rendas de aplicações interfinanceiras	-	-	489	-	-	280
Despesas de câmbio	-	-	(237)	-	-	(313)
Receita de serviços de terceiros	-	-	-	-	-	11
Valores a receber/ pagar de ligadas	14	5	-	16	27	-
	20.563	**5**	**252**	**16.479**	**27**	**(22)**
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.						
Valores a receber/ pagar de ligadas	-	102	-	-	113	-
	-	**-**	**-**	**-**	**113**	**-**
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.						
Valores a receber/ pagar de ligadas	**-**	**-**	**-**	-	5	-
	-	**-**	**-**	**-**	**5**	**-**
Action Empr. e Partic. Ltda.						
Valores a receber/pagar	**-**	**-**	**-**	-	157	-
	-	**-**	**-**	**-**	**157**	**-**

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Distribuidora. A Distribuidora incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2015	2014
Remuneração	790	709
Encargos Sociais	(174)	(156)
Total	**616**	**553**

A Distribuidora não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

14. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social está representado por 1.403.904 ações, divididas em 701.952 ordinárias e 701.952 preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em 30 de abril de 2015 através da Assembleia Geral Extraordinário foi deliberado o aumento de Capital Social de R$ 12.501 para R$ 20.000, dividido em 1.856.034 ações nominativas, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais, sem valor nominal, mediante a incorporação de Reserva Legal R$ 2.500 e Reservas Especiais de Lucro - Outras R$ 4.999, que totalizam R$ 7.499. Em 16 de julho de 2015 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de Capital Social da Distribuidora. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendos mínimo obrigatório, prevista no estatuto, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à assembleia geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Pelas Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no ano de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$ 3.500 (2014 R$ 1.700), conforme quadro abaixo:

Data da AGE	**3.500**
26/01/2015	1.000
25/02/2015	500
25/03/2015	500
23/04/2015	500
25/05/2015	1.000

Em 02 de junho de 2015, foi deliberado o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 800 (2014 R$ 500) referentes ao 1º semestre de 2015, calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do semestre no montante de R$ 320 (2014 R$ 200). **c) Lucros acumulados**: No 1º semestre de 2015, a Distribuidora apurou um lucro contábil de R$ 5.498 (R$ 6.783 em 2014). **d) Reserva de lucros**: *Legal:* A Distribuidora deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. *Outras:* Composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

15. Receitas de prestação de serviços

	2015	2014
Tarifas de operações de câmbio	6.800	5.707
Tarifas de venda de seguros	591	396
Outros serviços	61	23
Total	**7.452**	**6.126**

16. Outras despesas administrativas

	2015	2014
Serviços de terceiros	5.080	4.668
Aluguéis	7.029	7.430
Serviços do sistema financeiro	2.548	2.841
Comunicações	1.014	1.148
Serviços de vigilância e segurança	794	967
Depreciações e amortizações	1.433	1.277
Condomínio	1.271	1.136
Transportes	573	733
Conservação e manutenção	785	901
Propaganda e publicidade	365	441
Serviços técnicos especializados	536	590
Promoções e relações públicas	400	340
Seguros	289	294
Publicações	162	128
Material	96	197
Viagens	98	251
Água, energia e gás	307	261
Processamento de dados	646	341
Remessa expressa	1.642	1.126
Outros	380	841
Total	**25.448**	**25.911**

17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2015 e 2014, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**: *(i) Provisões trabalhistas* - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. *(ii) Provisões cíveis* - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. *(iii) Provisões fiscais* - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias". O saldo de R$ 27.137 está representado pelo processo de contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências

	2015 Fiscais	2015 Trabalhistas	2015 Cíveis	2015 Total	2014 Total
Saldo no início	27.137	1.374	61	28.572	22.733
Constituições	-	279	26	305	7.563
Realizações / Reversões	-	(94)	(6)	(100)	(1.724)
Saldo no final	**27.137**	**1.559**	**81**	**28.977**	**28.572**

Depósitos judiciais

	2015 Fiscais	2015 Trabalhistas	2015 Total	2014 Total
Saldo no início	**26.829**	**494**	**27.323**	**20.930**
Constituições	560	184	744	6.792
Realizações / Reversões	-	(70)	(70)	(398)
Saldo no final	**27.389**	**608**	**27.997**	**27.324**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 30 de junho de 2015, a Distribuidora não apresentava contingências passivas classificadas como perdas possíveis. **d) Órgãos reguladores**: Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Distribuidora.
18. Limites operacionais: O índice de Basileia para a data-base de 30 de Junho de 2015, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, do Conselho Monetário Nacional, é de 15,82% (2014 - 14,07%) e o Patrimônio de Referência de R$ 226.723 (2014 - R$ 208.790) para o Conglomerado Financeiro.
19. Outras informações: A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição. A Distribuidora calculou os efeitos de setembro a dezembro, através de projeções, que resultou em um acréscimo (despesa) da CSLL corrente de R$ 244. No diferido, com base na média dos últimos 6 meses, R$ 10 (receita).

A DIRETORIA

EMILIO BRUNO - Contador - C.R.C. 1SP166.726/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de agosto de 2015

EY
Building a better working world

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4